



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL



PORTUGAL A CRESCER MAIS

2019



PORTUGAL A CRESCER **MAIS**

2019

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	6
2. ENQUADRAMENTO	10
2.1 DESAFIOS	11
• O desafio da transformação digital e tecnológica	11
• O desafio da demografia	12
• O desafio dos mercados globais	12
• O desafio do endividamento	13
• O desafio ambiental e da exploração racional dos recursos	14
2.2 OBJETIVOS	14
3. PESSOAS	18
• Talento	19
• Conciliação da vida profissional, pessoal e familiar	22
• Saúde	24
4. COMPETITIVIDADE	26
• Fiscalidade	27
• Capitalização e financiamento	29
• Melhorar o ambiente de negócios	31
5. SUSTENTABILIDADE	34

1.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A CIP acredita e defende que é através da **iniciativa privada** e da **dinâmica empresarial** que poderemos ter um país mais desenvolvido – Portugal a crescer mais.

Se queremos escapar ao determinismo das previsões e crescer a ritmos alinhados com a nossa ambição – **acima de 3% ao ano** – é necessário sustentar o crescimento em bases mais sólidas e duradouras, consistentes com um modelo de economia de mercado competitiva, que tem nas empresas o seu motor.

Atendendo aos desafios que identificámos, a **competitividade**, assente em aumentos da produtividade, é condição indispensável para que as **empresas** cresçam, para que possam suportar aumentos salariais e para que as exportações continuem a ser o principal motor da recuperação.

A CIP vê, assim, a **produtividade** como a variável mais importante para Portugal alcançar um novo nível de desenvolvimento. Neste quadro e tendo em vista o objetivo de um crescimento forte e sustentável que proporcione um futuro mais próspero aos portugueses, apresentamos as nossas propostas aos decisores que exercerão o poder político nos próximos quatro anos.

Propostas focadas nas **pessoas** - finalidade e o mais importante fator de sucesso da economia; na **competitividade** - caminho para

os nossos objetivos; e na **sustentabilidade** – imperativo global que assumimos.

Pessoas

Reconhecendo que o **talento** é, cada vez mais, o principal fator de diferenciação e de desenvolvimento de qualquer empresa ou de qualquer nação, defendemos propostas que respondam à principal preocupação dos empresários e gestores portugueses: a captação e retenção de talento nas empresas que gerem. Nesta linha, é fundamental pôr em marcha um exigente processo de reconversão da força de trabalho para enfrentar o desafio da transformação digital e tecnológica e assegurar a sua permanente adequação às necessidades das empresas.

Assumimos a **conciliação da vida profissional, pessoal e familiar** como fundamental para sustentar o modelo de organização socioeconómico prosseguido em qualquer sociedade moderna.

Conscientes de que a **saúde** é um bem essencial e consta no topo das preocupações dos portugueses, sendo também um setor económico decisivo para a modernização da economia e para o desenvolvimento de Portugal, apresentamos propostas com vista a garantir ao cidadão o acesso à saúde e promover o investimento e as atividades neste setor.

Competitividade

Centramos as propostas com vista à competitividade no combate a fatores identificados há anos, e que os sucessivos governos não têm conseguido resolver: um regime fiscal complexo, opaco, e instável; um sistema financeiro que não cumpre cabalmente a sua função de intermediação entre poupança e investimento; a justiça lenta e ineficaz; custos de contexto alimentados por uma burocracia asfixiante; a cultura de inovação pouco incentivada, o mercado de trabalho rígido e inadaptado às exigências do dia presente.

Propomos, por isso:

- uma **fiscalidade** atrativa para o investimento, conciliando a redução da carga fiscal que pesa sobre as famílias e, fundamentalmente, sobre as empresas com a sustentabilidade das finanças públicas, através de um verdadeiro exercício de revisão profunda das despesas públicas correntes.
- medidas tendentes à **capitalização e financiamento das empresas** portuguesas, capazes de ultrapassar uma das principais fragilidades estruturais do nosso tecido empresarial: a excessiva dependência de crédito bancário, sobretudo de curto prazo, num quadro de estruturas financeiras pouco sólidas, devido a elevados níveis de endividamento.

- um **ambiente de negócios** impulsionador da inovação e que permita às empresas concentrarem os seus recursos na criação de valor e competirem em mercados cada vez mais exigentes. Neste quadro, além da necessidade de diminuir custos de contexto, surge como prioritária a promoção de uma justiça económica célere e eficaz.

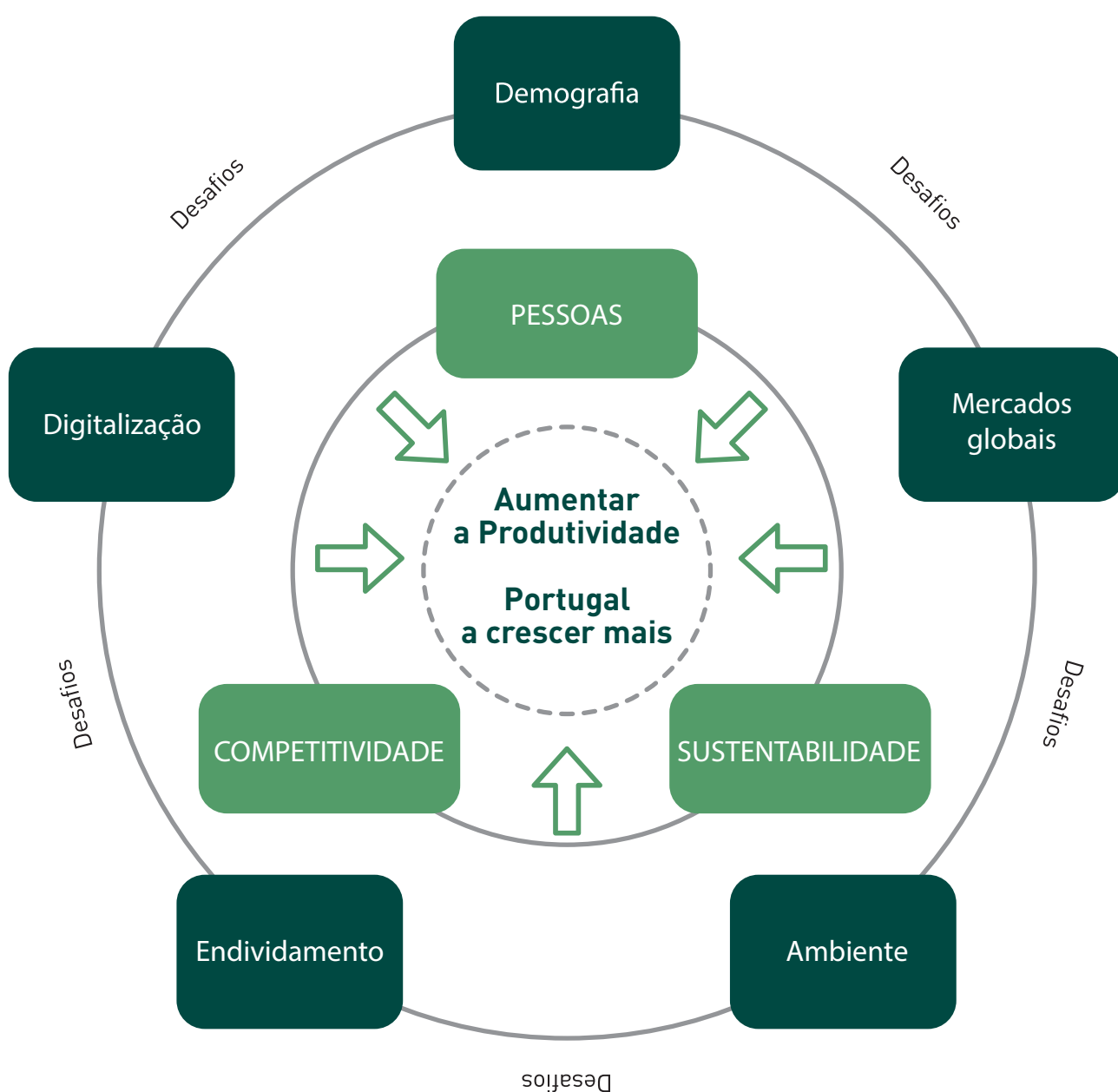
Sustentabilidade

Comprometidos em apoiar as nossas empresas a desempenharem as suas atividades com base em princípios de sustentabilidade, estamos conscientes de que só através de consensos e de colaboração é que alcançaremos a mudança de paradigma desejada com o envolvimento de todos: agentes económicos, consumidores e poder político.

Propomos, entre outras, medidas que promovam a **transição para uma economia mais circular** baseada na inovação e na iniciativa das empresas, procuramos que a adesão de Portugal ao objetivo europeu da **neutralidade carbónica em 2050** seja prosseguida de forma a precaver riscos e desafios, privilegiamos o objetivo da **eficiência energética**, visamos um maior **investimento florestal** e uma **mobilidade mais amiga do ambiente**, através do desvio significativo do transporte de mercadorias do modo rodoviário para o modo ferroviário.

Com estas medidas, procuramos ultrapassar a dicotomia entre ambiente e economia, com empresas ao mesmo tempo mais competitivas e ambientalmente mais responsáveis e com uma forte dinâmica económica sustentada por novas tendências de procura e pela evolução dos mercados.

Em suma, olhamos para as pessoas, competitividade e sustentabilidade, não de forma isolada, mas como os ângulos de um triângulo que é preciso articular, com vista ao desenvolvimento sustentável do ponto de vista social, económico e ambiental.



2.

ENQUADRAMENTO

Preparar Portugal para vencer com sucesso os grandes desafios que enfrenta e que se projetam no futuro.

É esta a missão de qualquer Governo. É esta a missão do Governo que resultar das próximas eleições legislativas.

Interessa identificar esses desafios e perspetivar, à sua luz, o futuro que queremos construir: um futuro de prosperidade para todos os portugueses, que implica um crescimento económico robusto, equilibrado e duradouro.

2.1 DESAFIOS

// O desafio da transformação digital e tecnológica

Portugal deverá olhar a atual revolução tecnológica como uma grande oportunidade. A digitalização deve ser encarada como o motor que induzirá a economia nacional por um caminho de competitividade e crescimento, pelos ganhos de produtividade que pode impulsionar.

A este respeito, o estudo sobre “Automação e o Futuro do Trabalho em Portugal”, promovido pela CIP e elaborado em parceria com o McKinsey Global Institute e a Nova School of Business and Economics, conclui precisamente que a automação pode proporcionar a injeção necessária de produtividade, sendo uma das principais soluções para contrariar a tendência de abrandamento do PIB derivada do declínio demográfico.

Para que este potencial seja concretizado, é necessário **mais investimento**, indispensável

à incorporação de inovação tecnológica nos produtos, nos serviços e nos processos.

Outro fator crítico deste processo de transformação tecnológica que o País deverá enfrentar e gerir, em grande escala, está na **qualificação e requalificação** dos profissionais. O mercado já hoje mostra uma gritante escassez de oferta de recursos humanos em áreas críticas. São muitos os exemplos de áreas em que o mercado carece de profissionais e em que as pessoas não encontram ofertas de formação.

É necessário mais investimento, indispensável à incorporação de inovação tecnológica nos produtos, nos serviços e nos processos.

Importa, por isso, assegurar uma resposta à cada vez maior necessidade das empresas em requalificar os seus ativos e em recrutar novos colaboradores que detenham um perfil de competências adequado.

// O desafio da demografia

As tendências demográficas terão um impacto profundo no crescimento económico e no mercado de trabalho.

As projeções do Banco de Portugal mostram precisamente que o principal fator subjacente à desaceleração do PIB será a redução do contributo positivo do fator trabalho, tendo em conta as perspetivas de crescimento muito moderado da população ativa, num contexto de redução e envelhecimento da população total.

Importa, por isso, assegurar uma resposta à cada vez maior necessidade das empresas em requalificar os seus ativos e em recrutar novos colaboradores que detenham um perfil de competências adequado.

O **capital humano** e a **produtividade**, mais do que o volume de emprego, afiguram-se, assim, essenciais para promover o **crescimento no longo prazo**. Crescimento que, por sua vez, é fundamental do ponto de vista da **sustentabilidade dos sistemas de saúde e de segurança social**.

As tendências demográficas que se perspetivam (em grande parte irreversíveis, pelo menos a médio prazo) colocam o nosso país numa situação particularmente sensível no que respeita às necessidades de cuidados de saúde

ligados ao envelhecimento da população a que urge responder e à sustentabilidade da Segurança Social.

São tendências que trazem ameaças, mas também oportunidades, por exemplo em termos da inovação tecnológica e do desenvolvimento das ciências da vida, bem como ao nível dos mercados que se geram com novos produtos e serviços que serão procurados por uma população mais envelhecida, mas também ativa até mais tarde.

// O desafio dos mercados globais

As empresas portuguesas souberam olhar para as oportunidades dos mercados globais, e fazer delas a base da recuperação económica.

Contudo, à medida que se vão esgotando a capacidade disponível das empresas e os recursos produtivos não utilizados na economia portuguesa, o desempenho das exportações tem vindo a esmorecer.

Acresce que a onda de protecionismo que hoje vivemos representa uma séria ameaça, com consequências na retração dos fluxos comerciais, na desagregação das cadeias de valor globais e nas decisões de investimento das empresas.

Contudo, qualquer tentativa de centrar a estratégia económica no estímulo à procura interna, esquecendo as exportações e a

substituição de importações, terá como inevitável consequência o retorno a desequilíbrios insustentáveis, que voltarão a travar o crescimento.

Consequentemente, importa que os riscos e incertezas no plano mundial não desencorajem a internacionalização.

As atuais dinâmicas do comércio e fluxos de investimento internacionais vão penalizar quem não é competitivo.

Tanto mais que não serão apenas as empresas portuguesas a enfrentar essas ameaças. Ora, a dimensão da nossa economia torna possível que, mesmo num cenário de algum arrefecimento da procura global, pequenos **aumentos de quota de mercado à escala mundial** se traduzam por **acréscimos significativos dos volumes exportados** pelas empresas portuguesas e sustentem o crescimento económico.

Sem prejuízo de uma política ativa de internacionalização, não esquecendo que as atuais dinâmicas do comércio e fluxos de investimento internacionais vão penalizar quem não é competitivo, concluímos que internacionalizar só será possível com **competitividade**, alicerçada em **ganhos de produtividade**.

Não venceremos o desafio dos mercados globais se não vencermos o desafio da produtividade.

// O desafio do endividamento

Apesar dos progressos observados desde 2013 e, no caso da dívida pública, mais recentemente, o endividamento, público e privado, está ainda em níveis muito elevados, continuando a exercer fortes constrangimentos à evolução futura da economia portuguesa.

A dívida pública, pelo que implica em termos do seu custo e dos riscos que potencia e porque limita o grau de liberdade da política orçamental.

O endividamento das empresas, porque constitui uma forte condicionante ao acesso ao financiamento, logo ao investimento privado.

O nível de endividamento das empresas e os ainda elevados rácios de crédito em incumprimento dificultam ainda a capacidade de o sistema financeiro **redirecionar o crédito para os setores produtivos**, nomeadamente para os que apresentam um maior potencial de ganhos de produtividade.

O nível de endividamento das empresas e os ainda elevados rácios de crédito em incumprimento dificultam ainda a capacidade de o sistema financeiro redirecionar o crédito para os setores produtivos.

// O desafio ambiental e da exploração racional dos recursos

As empresas são agentes ativos e responsáveis face aos desafios ambientais, nomeadamente no **combate às alterações climáticas**, no **consumo sustentável de recursos** e na construção de uma **economia global mais aberta e equitativa** na repartição dos esforços e das responsabilidades que estas questões estão a colocar.

Portugal está, com toda a União Europeia, comprometido com a ambição da **neutralidade carbónica** para alcançar os objetivos do Acordo de Paris. De uma forma mais vasta, está comprometido com o desenvolvimento sustentável.

Este caminho deve ser feito com as empresas, compatibilizando a **política ambiental e climática** com as **políticas industrial e energética**, tendo em conta o impacto na competitividade empresarial, quer no plano interno, quer face à concorrência noutros mercados.

A crescente adesão dos cidadãos às grandes causas do ambiente é fundamental para a necessária alteração de comportamentos. A condução das políticas ambientais deverá conciliar objetivos e mobilizar todos os intervenientes na cadeia de valor, incluindo os consumidores finais, para criar soluções inovadoras e competitivas.

Só com as empresas, mediante a introdução de tecnologias inovadoras mais limpas, a aposta na economia circular, uma mobilidade mais amiga do ambiente, a promoção da eficiência energética e da transição gradual para energias renováveis, será possível alcançar desenvolvimento mais compatível com a sustentabilidade ambiental.

No desafio ambiental e da exploração racional dos recursos, embora sendo transversal a todos os agentes económicos, será de relevar o papel da indústria transformadora, dado o seu elevado potencial na transição para o modelo de economia circular, e consequentemente da necessidade da respetiva canalização de estímulos para este segmento.

2.2 OBJETIVOS

Tendo em linha de conta todos estes desafios, o próximo Governo terá de delinear políticas que conduzam a economia a um **crescimento mais forte e sustentável**.

A recuperação da economia portuguesa prosseguiu ao longo da presente legislatura, continuando a ser impulsionada fundamentalmente pelas exportações e pelo investimento.

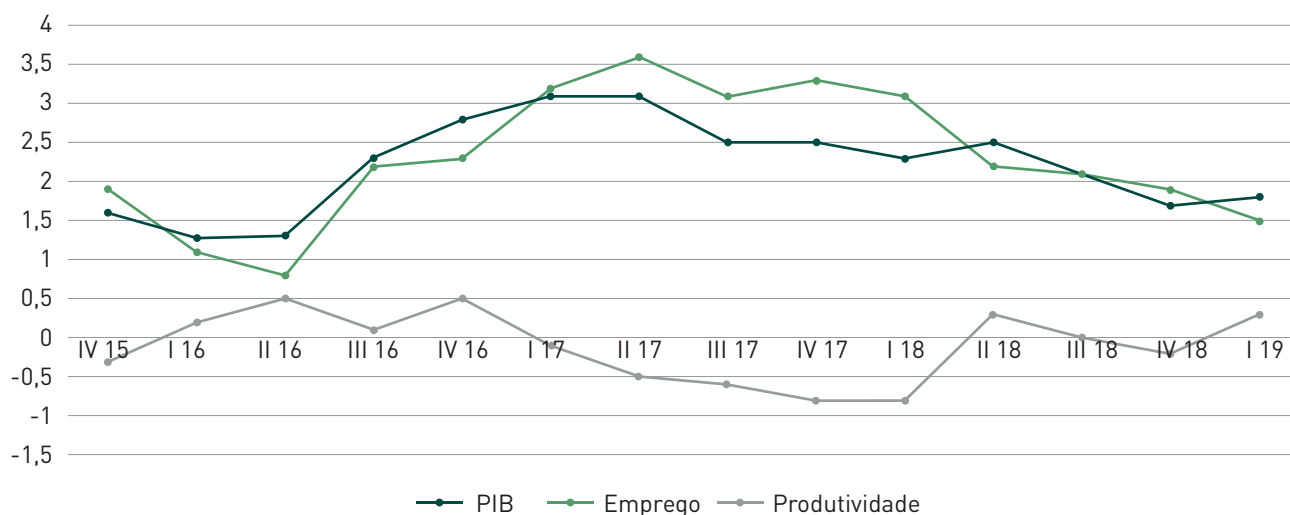
Podemos concluir que a componente cíclica da recuperação está a desvanecer-se, tanto ao nível da atividade económica como na criação de emprego.

Contudo, a partir de meados de 2017, a atividade económica registou uma clara perda de dinamismo, desacelerando gra-

dualmente, de 3,1% no primeiro e segundo trimestres de 2017, até 1,7% no último trimestre de 2018, subindo marginalmente para 1,8% no início deste ano.

Este abrandamento da atividade económica reflete-se também num claro arrefecimento do dinamismo do mercado do trabalho, que vinha a caracterizar o ciclo de recuperação da economia portuguesa.

Evolução do PIB, emprego e produtividade ao longo da presente legislatura



Fonte: INE, Contas Nacionais

Podemos concluir que a componente cíclica da recuperação está a desvanecer-se, tanto ao nível da atividade económica como na criação de emprego, tendo em conta a absorção do desemprego que já foi alcançada e a crescente escassez de mão de obra, sobretudo qualificada. Acresce que o modelo que tem suportado o crescimento continua muito assente em setores excessivamente dependentes de mão-de-obra pouco qualificada e de baixa produtividade.

Além disso, perspetiva-se, de acordo com a generalidade das previsões, que esta tendência de desaceleração do crescimento económico se prolongue nos próximos anos. Segundo as projeções do Banco de Portugal, chegaremos a 2020 e 2021 com um crescimento anual do PIB de 1,6%, um

resultado insuficiente para vencer muitos dos desafios identificados e dececionante face às aspirações que alimentamos.

1,6%

Estas são as projeções de crescimento anual do PIB em 2020 e 2021. Trata-se de um resultado insuficiente para vencer os desafios identificados.

Isto significa que, se queremos escapar ao determinismo das previsões e crescer a ritmos alinhados com os objetivos a que

nos propusemos – **acima de 3% ao ano** – é necessário sustentar o crescimento em bases mais **sólidas** e **duradouras**, consistentes com um modelo de economia de mercado competitiva, assente em setores abertos à concorrência internacional e que apresentam um maior potencial de ganhos de produtividade.

Se queremos crescer a ritmos alinhados com os objetivos a que nos propusemos – acima de 3% ao ano – é necessário sustentar o crescimento em bases mais sólidas e duradouras, consistentes com um modelo de economia de mercado competitiva.

Atendendo aos desafios da demografia e dos mercados globais, a **competitividade**, assente em aumentos da produtividade, é condição indispensável para que as empresas cresçam, para que possam suportar aumentos salariais e para que as exportações continuem a ser, como até agora, o principal motor da recuperação.

Aliás, todos os grandes desafios que identificamos estão profundamente relacionados com a **produtividade**, seja oferecendo oportunidades que, se corretamente exploradas, potenciarão a sua evolução, seja como condição para que sejam ultrapassados com sucesso.

A CIP vê, assim, a produtividade como a variável mais importante para Portugal alcançar um novo nível de desenvolvimento.

Neste quadro, tendo em conta os grandes desafios que identificamos e antecipamos e tendo em vista o objetivo de um crescimento forte e sustentável que proporcione um futuro mais próspero aos portugueses, apresentamos as nossas **propostas** aos decisores que exercerão o poder político nos próximos quatro anos.

Estruturamos este documento em três grandes eixos:

- **Pessoas** - finalidade e o mais importante fator de sucesso da economia
- **Competitividade** - caminho para os nossos objetivos,
- **Sustentabilidade** - imperativo global que assumimos.



3.

PESSOAS

O ser humano é, em qualquer circunstância, a base e o fundamento da intervenção dos decisores e responsáveis. Do ponto de vista económico, o seu talento é, cada vez mais, o principal fator de diferenciação e de sucesso de qualquer empresa ou de qualquer nação.

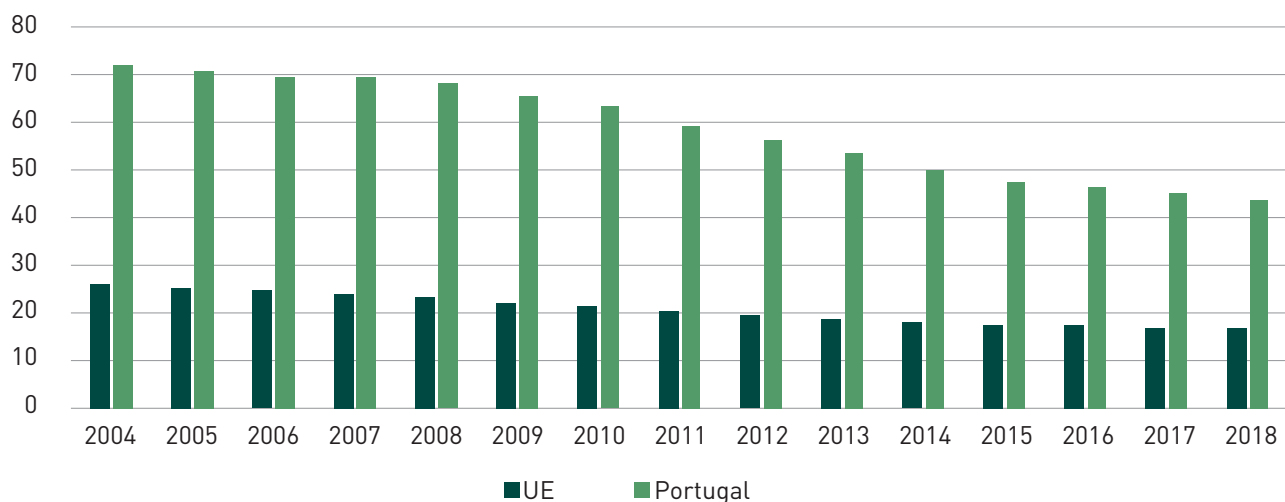
// Talento

A principal preocupação dos empresários e gestores portugueses ao dia de hoje é a

captação e retenção de talento nas empresas que gerem.

Apesar dos progressos alcançados nas últimas décadas, Portugal é, ainda, o país da União Europeia com a mais alta percentagem da população empregada com baixas habilitações. O défice na qualificação está longe de ser ultrapassado e não nos podemos limitar a esperar pelas novas gerações.

**Percentagem da população empregada com baixas habilitações
(menos do que o terceiro ciclo de ensino básico)**



Fonte: Eurostat

A falta de profissionais com competências adequadas às necessidades das empresas é um problema real que corre o risco de se tornar dramático no curto prazo. Há efetivamente falta de profissionais – sobretudo profissionais especializados e chefias intermédias – para fazer face ao aumento de produção, à alteração de processos e introdução de novas

tecnologias, e às alterações demográficas. Há, inclusivamente, escassez de mão de obra menos qualificada que ainda é essencial no processo produtivo.

Por outro lado, o desafio da transformação digital e tecnológica impõe a necessidade de um exigente processo de reconversão

da força de trabalho e da sua permanente adequação às necessidades das empresas. As conclusões do estudo “Automação e futuro do emprego em Portugal”, promovido pela CIP, apontam para que, no mínimo, 700 mil trabalhadores terão de alterar a sua ocupação e adquirir novas competências até 2030. O impacto da automação no mercado de trabalho português poderá atingir até 1,8 milhões dos atuais empregos.¹



É crítico que sejam tomadas medidas para aproximar a oferta e a procura no mercado de trabalho, sob pena de travar o crescimento das empresas e manter inativo um segmento da nossa população.

A falta de profissionais com competências adequadas às necessidades das empresas é um problema real que corre o risco de se tornar dramático no curto prazo.

A este respeito, o papel dos Centros de Formação e das Associações Empresariais é absolutamente crucial para repensar o nosso sistema de educação e formação, em colaboração próxima com as empresas.

É crítico que sejam tomadas medidas para aproximar a oferta e a procura no mercado de trabalho

PROPOSTAS:

- Estabelecer um **pacto de regime sobre o sistema educativo**, e a redefinição de **curricula**, para um horizonte mínimo de 10 anos, valorizando e integrando, desde os primeiros anos de escolaridade, **competências digitais** e **competências comportamentais e sociais** que permitam uma capacidade de ajustamento permanente a um mundo em constante e acelerada mutação.
- Assumir **parcerias** entre o Ministério da Educação e as associações empresariais, com o objetivo de promover cursos, nomeadamente **técnico-industriais**, adequados às necessidades das empresas.
- Incrementar a formação inicial em **áreas científicas** e de **engenharia** relacionadas com novas tecnologias emergentes.
- Promover **formatos alternativos de ensino**, que aproximem as escolas das empresas

¹ Neste domínio, o documento elaborado pelo Conselho da Indústria Portuguesa “Os desafios dos futuros e actuais postos de trabalho na indústria” e o documento enquadrador Economia Digital 2019, elaborado pelo Conselho Estratégico da Economia Digital, apresentam medidas detalhadas neste domínio.

e vice-versa, como por exemplo: introduzir mecanismos de ensino dual (alternância entre escola e empresa); formação em posto de trabalho, em que formandos adquirem novas qualificações ao mesmo tempo que identificamos seu potencial junto de potenciais empregadores; job-shadowing; estágios de curta-duração para aprendizagem de competências específicas.

- Estabelecer um **pacto de regime sobre o sistema de formação profissional**, enquadrando os Centros Protocolares de Formação e as organizações formativas empresariais e valorizando o seu papel num plano de requalificação massivo da atual força de trabalho, que oriente os trabalhadores para o mundo digital e para as necessidades presentes e futuras das empresas.
- Canalizar o próximo ciclo de fundos europeus para **apoiar financeiramente**, através das Associações Empresariais e dos centros de formação profissional com vocação empresarial, instrumentos como:
 - formação-ação
 - cheque formação
 - unidades de curta duração ajustadas às necessidades das empresas
 - formação à medida
 - estágios com tutoria empresarial
 - diagnóstico de necessidades empresariais
- Partilhar as boas práticas existentes em algumas zonas do país em que os **Centros de Emprego e Formação Profissional** são

agentes ativos da adequação da oferta de formação às necessidades do mercado.

- Fomentar a **subcontratação dos centros de formação pelas Escolas Secundárias** na área da formação profissional.
- Incentivar a **requalificação dos recursos humanos ao longo da vida**, em resposta às megatendências da inteligência artificial, da automação e do envelhecimento, e inculcando em todos os trabalhadores uma mentalidade de formação contínua, por forma a que todos acompanhem a evolução do mercado de trabalho, respondendo às necessidades das empresas.
- Promover um sistema que permita que **reformados** possam colaborar com as empresas para ajudarem a formar jovens para áreas de elevada especialização e conhecimento.
- Possibilitar o englobamento de **rendimento de trabalhadores estudantes** com menos de 25 anos no rendimento do agregado familiar sem tributação, até um determinado limite, como forma de criar maior incentivo à entrada no mercado de trabalho dos jovens estudantes.
- Alocar uma parcela da **Taxa Social Única** a uma conta específica de cada empresa, que poderia ser utilizada para **financiamento da formação profissional** certificada dos seus trabalhadores, através da correspondente redução das contribuições para a segurança

social. Os montantes não utilizados reverterão para o orçamento da Segurança Social.

- Estruturar linhas de financiamento de apoio dedicadas à possibilidade de as empresas investirem em **formação interna** em áreas de inovação e de novos processos tecnológicos.
- Rever o **Plano Estratégico para as Migrações**, aprovado pelo Governo em 2015, no sentido do desenvolvimento de políticas de atração e integração de ativos com capacidade para serem inseridos nos setores mais necessitados de recursos humanos, sendo os portugueses emigrados a primeira reserva de talento que podemos captar, nomeadamente através do reforço dos incentivos já existentes.
- Criar condições legais, regulamentares e instrumentais para que o SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras possa dar resposta

à **integração de imigrantes** com pedido de visto de trabalho e de residência, acelerando o processo de contratação, tendo em conta a atratividade de Portugal e as boas condições para investir no país.

- Agilizar a obtenção dos **documentos de segurança social** necessários à contratação de imigrantes.
- Definir o mecanismo e enquadramento legislativo que permita a **desconsideração das remunerações recebidas pela prestação de trabalho suplementar**, para efeitos de progressividade fiscal e de recebimento de apoios sociais.
- Orientar os **apoios sociais** para os trabalhadores que apostam na sua **formação e requalificação** profissional, favorecendo (ao invés de desencorajar) a integração dos beneficiários no mercado de trabalho.

// Conciliação da vida profissional, pessoal e familiar

A conciliação da vida profissional, pessoal e familiar é fundamental para sustentar o modelo de organização socioeconómico prosseguido em qualquer sociedade moderna, face aos impactos que tem na igualdade de género, na qualidade de vida, nos padrões demográficos, no mercado de trabalho - mormente no domínio da motivação dos colaboradores e sobre o nível de absentismo - e, naturalmente, na produtividade e competitividade das empresas e da economia.

Na perspetiva da CIP, as políticas de conciliação são e serão cada vez mais relevantes.

Através do desenvolvimento de tais políticas, poder-se-á verificar uma importante mais valia para as empresas, para os trabalhadores e para a sociedade em geral.

Cada vez mais, as empresas têm a perceção de que as políticas de conciliação constituem um mecanismo de fomento da produtividade e uma forte componente no domínio das medidas de atração e retenção dos recursos mais qualificados.

Tendo esta realidade bem presente, durante o ano de 2018, a CIP promoveu a elaboração do Estudo “Desafios à Conciliação Família Trabalho”, pela Nova School of Business & Economics (NOVA SBE), com o apoio da Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE), inteiramente dedicado à matéria em apreço, cuja apresentação pública teve lugar no passado dia 18 de março de 2019.

Uma das conclusões mais claras desse Estudo aponta para a necessidade de se deixar de perspetivar o investimento no trabalho e na família como alternativas opostas, mas como interligadas e sinérgicas, onde a posição mais equilibrada surge quando todas as partes saem a ganhar.

Outra das conclusões aponta, nitidamente, para facto de as políticas de conciliação não consubstanciarem, em momento algum, soluções ou modelos universais. De facto, não podemos deixar de atender às muitas e acentuadas diferenças e especificidades das empresas, bem como às diferentes necessidades dos trabalhadores e das suas famílias.

Por último, continuamos a defender a flexibilização da organização do tempo de trabalho como fator relevante e impactante para a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

PROPOSTAS:

- Lançar iniciativas a nível da educação, desde o início da escolaridade até à universidade, encorajando os jovens a fazerem as suas escolhas tendo interiorizada a consciência da sua **igualdade de oportunidades**;
- Promover o **empreendedorismo** como verdadeira opção de carreira para ambos os géneros;
- Introduzir maior **flexibilidade** ao nível da **organização do tempo de trabalho**, mormente no contexto da digitalização da economia e dos instrumentos tecnológicos que lhe estão associados, eventualmente por via do acordo individual, na medida em que, como sabemos, em matéria de conciliação, cada caso é um caso com as suas próprias especificidades;
- Desenvolver uma **rede de infraestruturas de apoio** que contemple os seguintes elementos:
 - Cobertura total das necessidades no que respeita a creches;
 - Creches com horários alargados e a um custo acessível;
 - Organização de apoios a atividades extracurriculares e organização dos tempos livres, quer relativamente ao horário pós-escolar quer relativamente às férias (através da atuação coordenada com o Ministério da Educação, escolas, universidades e Autarquias Locais);
 - Facilidades de transportes para efeitos destas atividades;

- Criar apoios ao **acompanhamento escolar** dentro das próprias escolas;
- Por outro lado, e não menos importante, importa implementar, ao nível educativo, uma atitude de **partilha de responsabilidades e de tarefas** entre homens e mulheres para combater, desde tenra idade, os estereótipos.

// Saúde

A Saúde é um bem essencial para todos os cidadãos e consta em todos os inquéritos de opinião no topo das preocupações dos portugueses.

A tendência demográfica coloca o nosso país numa situação particularmente sensível no que respeita às necessidades de cuidados de Saúde. Segundo o estudo incluído no Relatório do Orçamento do Estado para 2019, é expectável que entre 2016 e 2030 a despesa anual com Saúde tenha que aumentar em 1,2 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, mais de 2.400 milhões de euros por ano.

**Mais
2.400 milhões
de euros/ano**

As expectativas apontam para que entre 2016 e 2030 a despesa anual com Saúde aumente 1,2 pontos percentuais do PIB. Ou seja, mais de 2.400 milhões de euros por ano.

Por outro lado, tem sido reconhecido que a Saúde, enquanto setor económico, tem um grande potencial em termos da competitividade do país, podendo ser um contribuinte decisivo para a modernização da economia e para o desenvolvimento de Portugal, devido ao dinamismo das suas empresas, à qualificação dos seus recursos humanos e à sua capacidade de criar inovação.

Por tudo isto, é necessário equacionar a sustentabilidade do sistema, ao mesmo tempo que se garante ao cidadão o acesso à Saúde e se promove o investimento e as atividades em Saúde.

A saúde pode ser um contribuinte decisivo para a modernização da economia e para o desenvolvimento de Portugal, devido ao dinamismo das suas empresas, à qualificação dos seus recursos humanos e à sua capacidade de criar inovação.

Sem prejuízo das convicções ideológicas, que são salutaras, a resposta que os portugueses esperam é que os decisores políticos se entendam no sentido de termos um Sistema de Saúde eficiente, sustentável, acessível, moderno e ao serviço do cidadão.²

² O Conselho Estratégico Nacional de Saúde da CIP apresentou aos líderes partidários um documento onde apresenta 30 propostas para a próxima legislatura.

PROPOSTAS:

- Assumir a Saúde como uma **prioridade nacional**, evoluindo, de forma progressiva, para a média da OCDE em termos de despesa pública em Saúde em função do PIB. Paralelamente, importa promover uma maior eficiência na **gestão do serviço público**, o que contribuirá para uma maior afetação às despesas de investimento e, simultaneamente, para um melhor serviço ao cidadão.
- Manter o **caráter misto do Sistema de Saúde**, promovendo a articulação entre os setores público, social e privado de acordo com as necessidades, a garantia de acesso e dos demais direitos das pessoas em contexto de Saúde, a qualidade das prestações, a demonstração de eficiência e os ganhos em Saúde.
- **Separar as funções** de financiamento, regulação e prestação de cuidados no interior do setor público.
- Criar uma **Lei de Meios do Serviço Nacional de Saúde (SNS)**, para identificação quantificada das diversas linhas de despesa, e adotar um **Orçamento Plurianual para o SNS**, de modo a haver menor dependência dos ciclos políticos, mas também económicos.
- Minimizar os **custos de contexto** das empresas, nomeadamente em termos de **procedimentos administrativos e licenciamento**, no sentido de atrair mais investimento produtivo na área da Saúde.
- Promover o acesso sustentado à **inovação**, através da avaliação económica de todas as tecnologias no domínio da Saúde, com redução dos tempos de acesso à inovação, operacionalizando o conceito já previsto na lei do “valor nacional da tecnologia” e promovendo a atração de ensaios clínicos para Portugal.
- Promover mecanismos que facilitem às Pequenas e Médias Empresas (PME) oferecer **seguros de Saúde** aos seus colaboradores, nomeadamente através da consideração, em valor correspondente a 140%, dos prémios de seguros de saúde atribuídos aos colaboradores, para efeitos da determinação do lucro tributável.



4.

COMPETITIVIDADE

As expectativas dos cidadãos, de maior bem-estar económico, só podem ser correspondidas com mais e melhor crescimento, que apenas as empresas podem proporcionar.

A competitividade é a premissa essencial para um crescimento económico continuado e significativo. Competitividade que tem de ser alavancada pela produtividade, como condição indispensável à transição de um modelo competitivo baseado em baixos salários para um modelo baseado na inovação e conhecimento, com o correspondente aumento das remunerações. Esta é, comprovadamente, a forma mais eficiente de combater o desemprego e a pobreza.

Para além dos baixos níveis da qualificação dos recursos humanos, o fraco desempenho da produtividade, desde o início do século, reflete os reduzidos níveis de capital por trabalhador, agravados, durante a última recessão, pela redução do investimento a níveis insuficientes para compensar a depreciação do capital instalado.

Importa, por isso, relançar o investimento, indispensável à incorporação de inovação tecnológica nos produtos e nos processos, e melhorar o ambiente de negócios, para que se torne mais favorável e ágil, potencie a criação de emprego, e fortaleça a capacidade de inovação das empresas.

As propostas seguidamente apresentadas procuram combater fatores identificados

há anos, e que os sucessivos governos não têm conseguido resolver: um regime fiscal complexo, opaco, e instável; um sistema financeiro que não cumpre cabalmente a sua função de intermediação entre poupança e investimento; a justiça lenta e ineficaz; custos de contexto alimentados por uma burocracia asfixiante; a cultura de inovação pouco incentivada, o mercado de trabalho rígido e inadaptado às exigências do dia presente, onde as paralisações, mormente ao nível dos serviços públicos, impossibilitam o acesso a direitos constitucionalmente garantidos.

Tendo em conta a preocupação pela coesão territorial, e face à elevada assimetria intra e inter regiões portuguesas, todos os aspetos apresentados devem colocar-se com especial acuidade quando estão em causa territórios com um nível de desenvolvimento inferior à média nacional.

Sem prejuízo da focalização dos apoios dos Fundos Europeus Estruturais nas empresas, estimulando o investimento empresarial, a inovação e a qualificação dos ativos, o próximo período de programação terá de assumir a coesão regional como um dos seus objetivos, potenciando mutuamente as prioridades regionais e nacionais.

// Fiscalidade

Portugal tem de assegurar um enquadramento atrativo para o investimento.

No domínio da fiscalidade, é necessário inverter claramente a tendência de aumento da carga fiscal sobre as empresas e atenuar os aspetos em que o nosso sistema fiscal se mostra mais desfavorável, tornando-o mais competitivo, mais previsível e simples, por forma a relançar duradouramente o investimento.

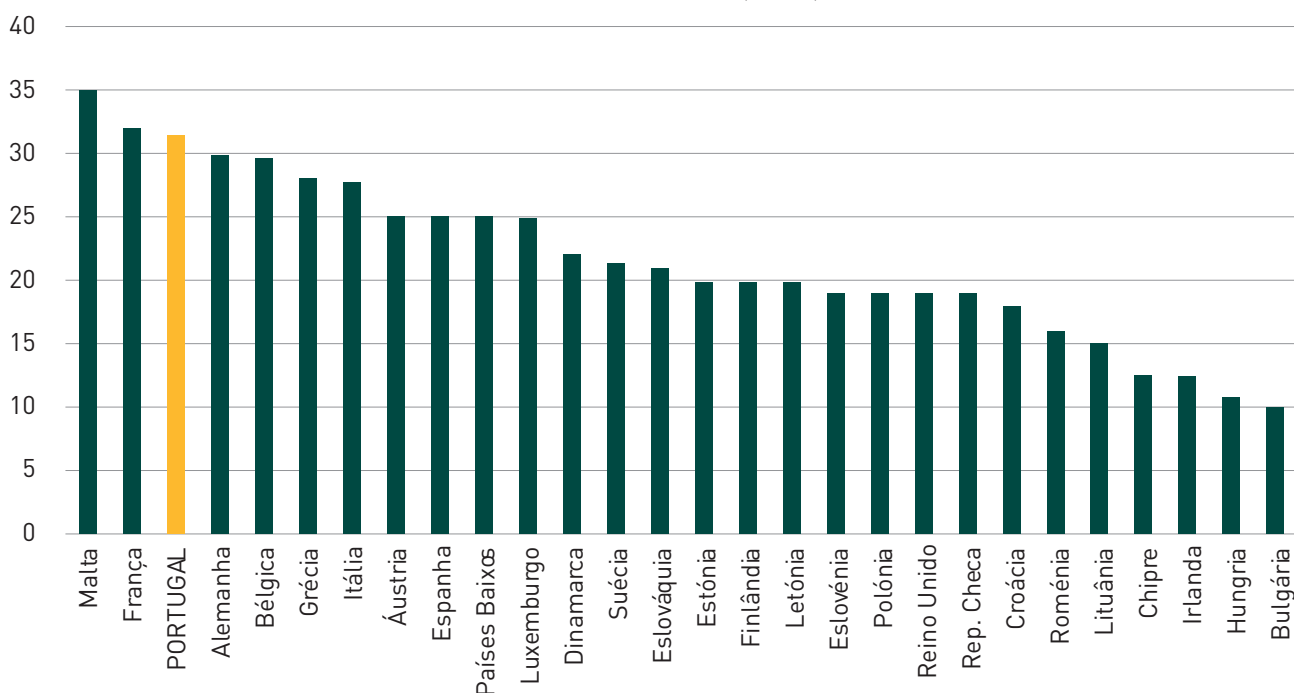
É necessário inverter claramente a tendência de aumento da carga fiscal sobre as empresas e atenuar os aspetos em que o nosso sistema fiscal se mostra mais desfavorável, tornando-o mais competitivo, mais previsível e simples

Na União Europeia, as taxas de IRC têm vindo a reduzir-se e estão, em média,

significativamente abaixo da taxa aplicada em Portugal. Com o aumento da derrama estadual introduzida em 2018, e tendo em conta as reduções previstas em França, Portugal passará, brevemente, a ter a taxa marginal máxima de IRC mais elevada de toda a União Europeia.³

Importa, assim, conciliar a redução da carga fiscal que pesa sobre as famílias e, fundamentalmente, sobre as empresas com a sustentabilidade das finanças públicas, através de um verdadeiro exercício de revisão profunda das despesas públicas correntes, configurando-o como uma abordagem global, tal como recomendado pela Comissão e pelo Conselho da União Europeia, reforçando a sua eficácia em termos de custos e assegurando a orçamentação adequada a todos os níveis da administração pública.

Taxa máxima de IRC (2019)



Fonte: Taxation trends in the European Union (DG Taxation and Customs Union)

³ Excluindo Malta que tem uma taxa nominal elevada (35%), mas um sistema de elevadíssimos reembolsos fiscais.

PROPOSTAS:

- Retomar o compromisso de **redução da taxa de IRC**, fixando-a, no máximo, em 17% até ao final da legislatura, e da **eliminação progressiva das derramas**, por forma a acompanhar a tendência europeia e de outros países desenvolvidos e tornar o nosso sistema fiscal mais atrativo e gerador de emprego e riqueza.
- **Favorecer fiscalmente as PME**, aumentando o limite de matéria coletável para efeitos de aplicação às PME da taxa reduzida, em sede de IRC.
- Corrigir os aspetos mais gravosos da tributação sobre as empresas, nomeadamente as **tributações autónomas**, que são exemplo de complexidade e pervertem o princípio da tributação pelo lucro real.
- **Estimular fiscalmente o investimento**, e, em especial, a capacidade de autofinanciamento do mesmo. Para tal, uma medida eficaz seria aprofundar o **regime de Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos** que, pelas suas limitações em termos de taxas, limites e outras restrições, está ainda muito aquém do seu potencial. Importa tornar este regime num instrumento eficaz de discriminação positiva de todas as empresas (independentemente da sua dimensão) que investem baseando-se no autofinanciamento, em detrimento da distribuição de dividendos.
- Reforçar as medidas de **apoio ao investimento nas regiões do interior**, por razões de coesão territorial, potenciando as infraestruturas de ligação de que o país já dispõe, aumentando o emprego e favorecendo assim a fixação de população.
- Adotar medidas que **incentivem fiscalmente o investimento em startups**, nomeadamente:
 - “Participation exemption” de 5% para investimentos de Business Angels e fundos de capital de risco;
 - Equiparação de Veículos de Business Angels no respeitante aos benefícios fiscais atribuídos a Business Angels;
- Garantir que a **tributação** que incide direta ou indiretamente sobre as empresas **não é agravada** e que não serão criados novos impostos ou taxas que afetem as empresas.
- Incluir, em todas as alterações fiscais tendentes a reduzir a carga fiscal sobre as empresas, uma **cláusula de compromisso** da sua **continuidade** durante um período não inferior a 7 anos.

// Capitalização e financiamento

Para investirem, aumentarem a sua capacidade produtiva e tornarem-se mais produtivas, as empresas portuguesas têm de ter acesso a capital (próprio e alheio).

No entanto, as dificuldades no financiamento à atividade empresarial do setor privado continuam a constituir um sério constrangimento a um relançamento mais forte do investimento e à desejável mudança estrutural da economia portuguesa.

O sistema bancário, apesar de mais capitalizado e dispor de mais liquidez, continua a falhar na canalização de recursos financeiros para o setor produtivo. Esta situação é particularmente preocupante porque uma das fragilidades estruturais do nosso tecido empresarial é a excessiva dependência de crédito bancário, sobretudo

de curto prazo, num quadro de estruturas financeiras pouco sólidas, devido elevados níveis de endividamento. Esta questão assume uma importância crucial no caso das PME, sendo urgente a sua recapitalização e a substituição do crédito bancário por financiamentos/dívida de maior estabilidade.

PROPOSTAS:

- Focar os recursos da **Caixa Geral de Depósitos** no apoio ao setor produtivo e em especial às PME e às empresas exportadoras, mediante a atribuição de uma nova Carta de Missão com objetivos bem definidos.

- Reforçar o apoio (através de financiamento nacional e europeu) ao **Sistema Nacional de Garantia Mútua**, instrumento fundamental para garantir o acesso ao crédito, em boas condições de prazo e de preço, por parte das micro, pequenas e médias empresas. Deve-se também utilizar este instrumento como suporte a soluções de quase capital, como sejam a emissão de obrigações grupadas e instrumentos tipo “mezanine”, que permitam reforçar os capitais permanentes das empresas em horizontes temporais de médio e longo prazo.

- Otimizar a **Instituição Financeira de Desenvolvimento** (IFD) como instrumento dinamizador de diversificação, quer das fontes de financiamento e de capitalização das PME, quer dos instrumentos à sua disposição, com particular foco na promoção do acesso ao capital de risco.

- Imprimir um novo fôlego ao **Programa Capi-**

talizar, com particular ambição para a sua dimensão financeira, onde encontramos mais medidas por executar, algumas das quais particularmente importantes para a criação de novas fontes de financiamento e capitalização das empresas. A título de exemplo, destaque-se a criação de uma linha de financiamento público a empresas que tenham passado por processos de reestruturação empresarial, para que estas tenham acesso à liquidez necessária ao funcionamento da sua atividade, bem como de um fundo de investimento especializado em instrumentos de agregação de valores mobiliários de diferentes PME e MIDCAPS.

- Criar um quadro fiscal favorável ao **aumento da dimensão crítica das empresas**. Propõe-se, nomeadamente, possibilitar a amortização, para efeitos fiscais, do goodwill financeiro nas operações de investimento em participações sociais em empresas, nacionais ou estrangeiras, até um máximo de 5% ao ano.

- Dinamizar o **mercado de transação** e/ou de **projetos de agregação de empresas**, designadamente através de uma plataforma e do respetivo suporte técnico (medida já prevista pelo Programa Capitalizar, com vista ao aumento da dimensão crítica das empresas).

// Melhorar o ambiente de negócios

A promoção de um ambiente de negócios atrativo e estimulante é essencial para as empresas concentrarem os seus recursos na criação de valor e competirem em mercados cada vez mais exigentes.

Num cenário de agressiva concorrência global, dever-se-á potenciar as vantagens competitivas e comparativas de Portugal, facilitando (ou não dificultando) o desen-

volvimento de negócios e de oportunidades empresariais.

Neste quadro, além da necessidade de diminuir custos administrativos e demais custos de contexto, surge como prioritária a promoção de uma justiça económica célere e eficaz.

Importa também promover um ambiente de negócios impulsionador da inovação e da economia digital.⁴

PROPOSTAS:

- Valorizar o **papel das Associações Empresariais**:

- assegurando canais eficazes de informação em matérias jurídicas e técnicas, de forma a facilitar o seu papel associativo de apoio às empresas.
- atribuindo-lhes, através da delegação de competências, a gestão de instrumentos de política económica financiados pelos Fundos Europeus Estruturais, em domínios que interferem na competitividade e produtividade das empresas, como: internacionalização; inovação; ligação entre Sistema Científico e Tecnológico e empresas e cooperação empresarial.

- Prosseguir e intensificar a **articulação e cooperação** entre as entidades públicas e os setores empresariais portugueses, concretizando os Pactos Setoriais para a Competitividade e Internacionalização celebrados com os clusters.

- Regularizar urgente, completa e definitivamente os **pagamentos em atraso** por parte de todas as entidades públicas e consagrar a aplicação automática de juros de mora em todos os pagamentos de entidades públicas cujo prazo médio de pagamentos seja superior a 90 dias.

- Reduzir e simplificar as **obrigações declarativas** das empresas.

- Analisar detalhadamente toda a **legislação** existente com impacto económico, avaliando a sua pertinência e adequação no atual contexto.

- Melhorar a eficácia da **avaliação de impacto dos atos normativos** e operacionalizar a regra da “**comporta regulatória**” (impedindo que surja nova regulação que onere os cidadãos ou as empresas sem uma desoneração equivalente, através da alteração ou eliminação de outra regulação).

⁴ O DOCUMENTO ENQUADRADOR ECONOMIA DIGITAL 2019, produzido pelo Conselho Estratégico da Economia Digital, desenvolve uma “Carta de Prioridades”, com propostas detalhadas neste domínio.

- Tornar efetivo o **princípio “uma só vez”**, que dispensa o cidadão ou agente económico de ter de entregar informação ou documentos já detidos pela Administração Pública, através de um maior **cruzamento de informações** entre diversas entidades públicas.
- Avaliar todas as **taxas /contribuições** que recaiam sobre as empresas, em confronto com as respetivas contrapartidas, e eliminação da possibilidade de as autarquias criarem novas taxas.
- Prosseguir os esforços de simplificação dos processos no domínio do **licenciamento**, revendo, nomeadamente, o quadro legal e as formalidades aplicáveis às **Zonas Empresariais Responsáveis** e promovendo uma eficaz e correta aplicação dos regulamentos por parte de todos os municípios, evitando toda e qualquer discricionariedade.
- Promover a **resolução administrativa de litígios**, via uma abordagem negocial, a par do que acontece em muitos dos nossos parceiros europeus.
- Alterar as práticas e procedimentos na área da fiscalidade que contribuem para o elevado número de processos em contencioso, evitando o recurso à Justiça com base em alegações insustentáveis, e sem o devido **respeito pela jurisprudência** fixada pelos Tribunais fiscais.
- Pôr fim à utilização abusiva do **“direito circulatório”** que estruturalmente contribui para a incerteza fiscal no nosso país e rever a legislação fiscal para minimizar interpretações divergentes da lei.
- Reforçar os **meios tecnológicos** dos **tribunais administrativos e fiscais** e dos **tribunais de comércio**, e capacitar os seus **meios humanos**, nomeadamente os juizes, para lidarem com as diferentes e por vezes complexas matérias económicas, financeiras e fiscais.
- Promover uma mais estreita **ligação entre os meios científicos e empresariais**, de modo a colocar as competências de que Portugal já dispõe ao serviço de estratégias de inovação das empresas. A este respeito, propõe-se:
 - Promover e apoiar o papel das Associações Empresariais, enquanto agentes fundamentais de intermediação entre os dois mundos: académico e empresarial.
 - Tornar o montante das receitas provenientes de contratos estabelecidos com empresas como um critério relevante para o cálculo do financiamento público à atividade das instituições de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.
 - Reorientar a vocação dos laboratórios do Estado para a investigação dirigida ao tecido empresarial, em estreita ligação com os centros tecnológicos.
 - Valorizar como critério de progressão nas carreiras académicas a contribuição efetiva dos investigadores para os resultados da inovação empresarial, através de experiências de cooperação com as empresas ou criação de startups.
- Reforçar os **incentivos à internacionalização** das empresas, na diversificação de mercados e na participação em consórcios no quadro dos Programas Europeus, nomeadamente do Horizonte Europa.

- Assegurar um **level-playing field** na atuação entre operadores intra e extra-comunitários, nomeadamente no comércio online, tendo em conta as exigências europeias dos regimes fiscais e das normas de segurança e ambientais.
- Criar um ambiente de negócios impulsionador da **economia digital**, nomeadamente através da aposta numa **regulação responsável**, que previna os riscos inerentes à sua atividade e massificação, mas não ponha em causa o potencial económico que o novo paradigma digital proporciona.
- Equacionar, em sede de concertação social, medidas que permitam o **ajuste da legislação do trabalho ao futuro das relações laborais**, de forma a melhor responder aos desafios relacionados com as novas formas de trabalho, nomeadamente nos seguintes domínios:
 - tempo, lugar e modo da prestação de trabalho, articuladamente com a responsabilização pelos resultados;
 - alargamento do espaço para negociação das especificidades individuais dos trabalhadores;
- Definir, em sede de concertação social, **critérios** económicos objetivos e quantificáveis que deverão estar na base da evolução do **salário mínimo nacional**.
- **Regulamentar o exercício do direito à greve**, evitando que, através desta, se subjuguem outros direitos fundamentais, limitando-a à satisfação de interesses socioprofissionais dos envolvidos, que devem estar ao alcance do empregador, e definindo, de forma expressa, a demarcação da sua licitude ao respeito dos princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade, no quadro da própria Constituição.
- **Limitar a reintegração obrigatória** aos casos de despedimento ilícito fundados em violação de direitos fundamentais (motivos políticos, ideológicos, étnicos ou religiosos).
- Reequacionar o **sistema de quotas** estabelecido para atribuir **subsídio de desemprego** em caso de cessação do contrato de trabalho por acordo.
- Definir que, como regra, todas as **faltas**, ainda que justificadas, determinam a perda de retribuição, e reduzir o elenco de faltas que, nos termos da lei, são consideradas justificadas.
- Deixar expresso que a aferição do **princípio “trabalho igual, salário igual”**, tem como âmbito de aplicação, e pressuposto, a subsunção ao mesmo Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT).
- Definir critérios conducentes à **não aplicação, em simultâneo**, de mais de um **IRCT**, ao nível de Sector ou empresa.
- Desenvolver **infraestruturas de suporte** à competitividade e internacionalização das empresas, nomeadamente infraestruturas de transporte (como portos e aeroportos, para além do transporte ferroviário de mercadorias) e logística.

5.

SUSTENTABILIDADE

Temos os olhos postos nas gerações futuras, e estamos plenamente comprometidos em apoiar as nossas empresas a desempenharem as suas atividades com base em princípios de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social.

A sustentabilidade é hoje uma exigência cada vez mais enraizada nas empresas portuguesas e nos decisores públicos. Só através de consensos e de colaboração é que que alcançaremos a mudança de paradigma desejada com o envolvimento de todos: agentes económicos, consumidores e poder político.

Pela nossa escala e pelo nosso alcance, as nossas ações podem ter um efeito multiplicador através das diferentes cadeias em que operamos, que queremos cada vez mais competitivas e observando os princípios da sustentabilidade.

Sustentabilidade é condição necessária ao funcionamento de muitos mercados, nos quais só se participa no pressuposto do cumprimento de critérios estritos e bem definidos de preservação do ambiente e da biodiversidade.

Já hoje a sustentabilidade é condição necessária ao funcionamento de muitos mercados, nos quais só se participa no pressuposto do cumprimento de critérios estritos e bem definidos de preservação do

ambiente e da biodiversidade (internalizando as externalidades) e, também, de consumo sustentável de recursos.

Do passado era a dicotomia entre ambiente e economia, hoje as empresas mais competitivas sabem e querem ser ambientalmente responsáveis e sustentáveis e as novas tendências de procura e evolução dos mercados criam uma forte dinâmica económica.

Assim, defendemos que esses critérios deverão ser estendidos a outros mercados e setores, e incorporar os conceitos de Economia Circular e de preservação dos recursos, sendo de salvaguardar algumas condicionantes estratégicas para a economia:

- Regras de mercado globais e aceites internacionalmente pela maioria dos seus participantes;
- Gradualismo na mutação das economias e dos mercados minimizando disrupções no emprego e garantindo a continuação da utilidade e uso das infraestruturas, designadamente energéticas, concretamente, sobre combustíveis e redes como a de gás natural;
- Relacionamento permanente entre novas imposições de sustentabilidade e a inovação e políticas de produto; a viabilidade económica e tecnológica é uma condicionante essencial da sustentabilidade das políticas ditas sustentáveis;
- Alinhamento da abordagem nacional com o contexto europeu, evitando assimetrias e distorções de concorrência.

PROPOSTAS:

- Basear a transição para uma **economia mais circular** na inovação e na iniciativa das empresas. Impõe-se um novo enquadramento, de resto já prometido, para as matérias residuais ou secundárias que liberte esse potencial realizador, hoje preso em regras que não servem os objetivos atualmente assumidos (nomeadamente no que respeita à reclassificação de resíduos).
- Criar um mecanismo que permita às pessoas e empresas um **acesso sistematizado às obrigações** na área ambiental (não apenas administrativas), como por exemplo relacionadas com a recolha de resíduos.
- Privilegiar uma abordagem flexível e gradual de mecanismos recomendatórios e de **autorregulação**, e medidas de **incentivo**, por oposição a instrumentos de natureza sancionatória.
- Promover a **investigação e inovação** para modelos de sustentabilidade e economia circular com escala, com prioridade à conceção de produtos e embalagens mais sustentáveis, envolvendo empresas, sistemas científico e tecnológico, e programas de apoio. Serão necessários programas e linhas específicas sobre este tema.
- Apoiar a **redução do consumo e a maior reciclagem do plástico**, promovendo a cooperação entre os diferentes atores da cadeia, fortalecendo o processo de inovação e agilizando os processos de aprovação de materiais que incorporem matéria reciclada no plástico virgem.
- Revisitar regras e incentivos aplicáveis às **doações de alimentos** não vendáveis ao consumidor, mas aptos para o consumo, com especial atenção para critérios desatualizados e excessivamente impeditivos das doações. Esta ação é crítica para combater o desperdício alimentar e reforçar princípios de economia circular em todos os setores de atividade.
- Precaver os riscos e desafios da adesão de Portugal ao objetivo europeu da **neutralidade carbónica em 2050**, nomeadamente:
 - Evitar a imposição de soluções tecnológicas, que não conduz nunca ao desenvolvimento económico, o qual sempre foi mais sensível às tendências dos mercados e à competitividade das soluções.
 - Adotar orientações que privilegiem a extensão da vida útil das infraestruturas e redes energéticas através das soluções mais competitivas na redução da carga carbónica dos combustíveis, seja pelo desenvolvimento dos combustíveis sintéticos ou dos biocombustíveis, seja pelo seu enriquecimento em hidrogénio.
 - Proceder à avaliação económica e setorial das soluções com vista à eletrificação das atividades, a qual tem largo potencial de crescimento, embora não seja uma solução universal.

- Promover de forma urgente a integração de Portugal no **Mercado Único da Energia** e, muito em especial, o **reforço das interligações elétricas** entre França e a Península Ibérica, de forma a conseguir-se a convergência dos preços de energia na Europa e a aproximação do valor dos custos regulados.
- Assegurar que o aumento da quantidade de potências elétricas renováveis nos vários regimes previstos seja acompanhado de **mecanismos de controlo** de entregas no Sistema Elétrico Nacional que defendam a boa gestão das redes e dos próprios equipamentos de produção.
- Definir um calendário para a eliminação definitiva da **dívida tarifária** que ainda persiste no Setor Elétrico.
- Orientar um maior volume de fundos para programas eficazes de apoio à **eficiência energética**.
- Estabelecer um compromisso a longo prazo para a criação de um **Programa Florestal** no âmbito do orçamento do Estado, visando cofinanciar medidas de apoio ao investimento florestal.
- Implementar uma **rede ferroviária moderna e competitiva** para o transporte de mercadorias no médio-longo curso, permitindo um desvio significativo do transporte de mercadorias do modo rodoviário para o modo ferroviário. Neste âmbito, é de relevar a importância do investimento no transporte ferroviário de mercadorias (**Corredores Internacionais Norte e Sul**), promovendo a ligação em **via dupla** e **bitola europeia** entre Portugal e o resto da Europa - onde se localizam os principais mercados de destino das exportações portuguesas de bens.





A CIP – Confederação Empresarial de Portugal representa, através da sua rede associativa, 114.566 empresas, que empregam 1.541.539 trabalhadores e têm um volume de negócios de 105.208 milhões de euros.

Fundada em 1974, tem como visão ser a confederação empresarial mais representativa a nível nacional, uma estrutura associativa patronal forte, homogénea e abrangente que possa defender mais eficazmente os interesses das empresas portuguesas e representa, de uma forma transversal e equilibrada, entidades associativas sectoriais e regionais, bem como todas as Câmaras de Comércio e Indústria de Portugal.

Faz parte, a nível nacional, do Conselho Económico e Social e da Comissão Permanente de Concertação Social, entre muitos outros órgãos consultivos e comissões especializadas, e, a nível internacional, da BusinessEurope, BIAC, OIE e OIT.

Tem a sua sede em Lisboa e delegações no Porto e em Bruxelas.



CIP

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

SEDE CIP LISBOA

Praça das Indústrias 1300-307 Lisboa
T. +351 213 164 700 F. +351 213 579 986
geral@cip.org.pt
GPS 38°41'57"N | 09°10'58"W

CIP PORTO

Av. Dr. António Macedo 4450-617 Leça da Palmeira
T. +351 226 007 083 F. +351 226 062 010
associados@cip.org.pt
GPS 41°11'45.19"N | 8°41'21.21"W

CIP BRUXELAS

Av. de Cortenbergh, 168, 6ème étage 1000 Bruxelas
Bélgica
T. +32 273 252 57
cipbrussels@cip.org.pt

cip.org.pt

